



NELSON LIMA NETO
nelson.neto@extra.inf.br

Servidor

Entenda as MUDANÇAS

O QUE SAIU POR DECRETO



Corte de 30% sobre as gratificações de cargos comissionados e redução de 30% dessas funções



Extinção do programa Aluguel Social, para a população de baixa renda retirada de áreas de risco



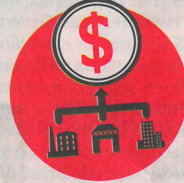
Municipalização do programa Restaurante Popular



Aumento da tarifa do Bilhete Único, de R\$ 6,50, para R\$ 7,50



Reestruturação das secretarias, de 20 pastas para 12



Cria fundo que recolherá 10% de isenções fiscais de cada empresa do estado que recebeu o benefício

O QUE SERÁ DISCUTIDO POR MEIO DE PROJETOS DE LEI

PROJETO

30

Extingue a Fundação Leão XII. A estrutura passa para a Secretaria de Direitos Humanos ou outra que venha a substituí-la. A economia prevista é de **R\$ 2,5 milhões**

31

Extingue a Superintendência de Desporto do Estado do Rio (Suderj). Transfere para a Secretaria de Esporte. A economia é de **R\$ 1,4 milhão**

32

Extingue o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). A economia é de **R\$ 1,5 milhão**

33

Extingue a Fundação Estadual de Estatísticas e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj). A economia é de **R\$ 1,6 milhão**

34

Extingue o Instituto de Assistência dos Servidores do Rio de Janeiro (Iaserj). A economia é de **R\$ 811 mil**

35

Extingue o Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA). A economia é de **R\$ 1,1 milhão**

36

Extingue o Fundação Centro Estadual de Estatísticas e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Ceperj). A economia é de **R\$ 3,2 milhões**

37

Mudanças no Rioprevidência: repassa **7,5%** da receita do DUDA para o fundo. Aumenta a alíquota dos servidores de 11% para **14%**, dentro de 90 dias. Aumento da contribuição patronal de 22% para **28%**. Poderes passam a ser responsáveis pelo pagamento dessa parte, que contará como despesa de pessoal. No caso da contribuição patronal, o aumento será escalonado até 2023

38

Cria uma alíquota provisória no Rioprevidência, com duração de 4 quadrimestres, sendo **16%** para ativos e inativos, e **30%** para inativos (hoje isentos de contribuição)

39

Adequação dos repasses de duodécimos à previsão de Receita Corrente Líquida (RCL). A elaboração dos orçamentos dos Poderes conterá limites percentuais em relação à RCL, a partir de **2018**

40

Limite de crescimento da despesa de pessoal dos Poderes está limitado a **70%** do crescimento da RCL

41

40% das receitas de fundos estaduais e **70%** do superávit poderão ser usados para pagar a Previdência dos órgãos a eles vinculados. Em caso de fundos ligados ao Executivo, poderá ser para todo o Estado. São 12 fundos, como os da Alerj, do TCE, do Funesbom (Bombeiros) e do Fundo da Polícia Civil, entre outros

42

Aumento de ICMS (Em todos os casos de aumento de ICMS, a alíquota só será reajustada 90 dias após a entrada em vigor da lei)

18%
De alíquota para quem gasta até 200 kilowatts/hora por mês. Antes esse limite era 300kWh

27%
Para quem gasta acima de 200kWh. O limite era 300kWh. Na prática, quem gasta entre 200kWh e 300kWh terá um aumento de 9%

Serviços de comunicação
Aumenta de 26 para **28%**

Operações com gasolina carburante
De 30 para **32%**

Cervejas
De 17 para **18%**

Refrigerantes
De 16 para **17%**

43

Veda qualquer anistia a devedores de impostos por dez anos

44

Cria um modelo de intimação eletrônica para cobranças da Fazenda estadual

45

Extingue o adicional por tempo de serviço (conhecido como triênios) para todos os servidores, civis e militares

46

Adia para **2020** aumentos salariais aprovados em 2014 e que entrariam em vigor em 2017 ou 2018

47

Acaba com os programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem

48

Muda a cobrança nas barcas. Moradores de Paqueta e Ilha Grande passam a pagar 50% da tarifa. Dá à Agetransp (agência reguladora do setor) poder de estipular uma tarifa turística diferenciada

49

Limita o Bilhete Único



50

Reduz as Requisições de Pequeno Valor (indenizações judiciais). Em dívidas do Estado com pessoas ou empresas, os pagamentos acima de 40 salários mínimos podem ser pagos com precatórios (reconhecimento de dívida). Abaixo disso, devem ser pagos em espécie. O governo propõe baixar esse limite para 15 pisos nacionais

ALÉM DOS PROJETOS

Foi enviado, ontem, o Ofício 516, que reduz **30%** do salário do governador, do vice e dos secretários. É um anteprojeto de lei, pois mudanças nesses salários devem ser feitas por iniciativa da Comissão de Orçamento da Alerj

